

Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo

René E. Gertz

Por ocasião do cinquentenário do Estado Novo, em 1987, realizou-se, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, um evento sobre o tema. Na sequência, José Luiz Werneck da Silva consultou-me sobre a possibilidade de escrever uma resenha bibliográfica a respeito desse episódio da história brasileira, para ser incluída num livro em que se publicaria uma parte dos trabalhos apresentados no evento¹. Não tive coragem de chamar de “resenha” aquilo que consegui redigir, na época, mas, sim, de “inventário historiográfico”.

Apesar das limitações do empreendimento, porém, não deixei de emitir algumas opiniões sobre aquilo que encontrei nos escritos sobre a história do período, seja naqueles de origem acadêmica seja naqueles de autores que não eram historiadores profissionais. Em primeiro lugar, tive a impressão de que havia bem menos publicações específicas e especializadas do que eu havia imaginado. Em segundo lugar, historiadores profissionais haviam escrito relativamente pouco, numa comparação com cientistas políticos e sociólogos. Na tentativa de explicar essas duas constatações, arrolei três possíveis motivos: a) os estudiosos teriam enfrentado um sentimento de ambivalência diante do objeto Estado Novo, pois não havia como negar que ele fora, no mínimo, autoritário, ditatorial (quando não fascista, totalitário), mas, por outro lado, durante sua vigência, haviam sido decretadas, por exemplo, leis sociais que, em alguma medida, favoreciam alguns setores negativamente privilegiados da população, tinha sido desencadeada uma suposta ou efetiva modernização do Estado brasileiro etc.; b) cientistas sociais, politólogos, historiadores sempre devem mostrar um distanciamento crítico em relação aos detentores do poder; como no caso do Estado Novo há uma ampla autointerpretação e autojustificação desses agen-

¹ De fato, a publicação de um segundo volume, originalmente previsto, não se concretizou.

tes do poder, analistas poderiam ter-se sentido constrangidos em admitir que essas autoanálises não estão de todo erradas² – e, assim, seria melhor não estudar o período, para não correr o risco de ser acusado de condescendente com os poderosos; c) naquilo que tange especificamente aos historiadores, levantei a hipótese de que a história social estava em alta, naquele momento, e ela se interessava, sobretudo, por estruturas socioeconômicas de longa duração, de forma que a história política de um período relativamente curto (1937-1945) não interessava muito³.

Cerca de 10 anos depois, Maria Helena Rolim Capelato escreveu uma efetiva resenha bibliográfica sobre o Estado Novo⁴. Apesar de ter feito uma pequena crítica à minha hipótese sobre um possível sentimento de “ambivalência” por parte dos pesquisadores em relação ao regime político daquele período, na tentativa de explicar a relativamente pequena quantidade de estudos a respeito – argumentando que, se é verdade que políticos e sociólogos se dedicaram com maior frequência ao tema, esse sentimento não pode ter sido generalizado –, admitiu como plausível minha suspeita de que a história social, então em voga, poderia ter levado a um relativo desinteresse pela história política, acrescentando, porém, que, na década de 1990, vieram a ser criticadas concepções muito estruturalistas dessa história social, e, por consequência, ganharam espaço visões que atribuíam maiores possibilidades de ação e de construção aos atores humanos, reabilitando, assim, em algum sentido, a história política. Além disso, a tradicional posição de muitos historiadores brasileiros em evitar temas mais recentes estaria mudando na direção de incorporar o “tempo presente”.

Afora isso, a historiadora argumentou que se o “populismo” (que, no caso do Brasil, teria emergido de forma significativa e duradoura no período de 1937-1945) havia sido apresentado, usualmente, como resultado “estrutural” de sociedades “subdesenvolvidas” em transição de sua condição essencialmente agrária para a urbano-industrial – com avaliações, em geral, negativas –, abandonaram-se as grandes generalizações sobre o fenô-

² Essas considerações foram inspiradas na instigante resenha de Alcir Lenharo, que havia sido publicada poucos anos antes (LENHARO, Alcir. Estado Novo, Estado Velho – novas direções historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 35, p. 7-13, 1986/1987).

³ GERTZ, René E. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 111-131.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-213.

meno, e se passara a analisar suas potencialidades em cada caso específico⁵. Essa perspectiva teve diversos desdobramentos, um dos quais já está anunciado no meu texto: o do abandono, por parte de muitos estudiosos, de qualificativos como “totalitário”, “fascista”, em favor de [apenas] “autoritário”, em relação ao regime varguista do período em discussão.

Maria Helena Capelato ainda produziu outro texto mais ou menos geral sobre o Estado Novo, publicado dentro de um manual de história do Brasil republicano, mas nele as referências a outros autores não visam a uma avaliação historiográfica, servindo antes só como fonte de informações sobre o tema⁶.

Publicado apenas um ano depois daquele primeiro texto de Capelato, Dulce Pandolfi organizou um livro intitulado *Repensando o Estado Novo*⁷. Ainda que o título possa sugerir que também se trate de uma análise e avaliação daquilo que foi escrito sobre o tema, o livro, de fato, reúne uma série de textos de estudiosos consagrados que apresentam um grande leque de temas e enfoques, mas sob uma perspectiva muito mais empírica que teórica. Assim, além de outros, o livro traz contribuições sobre a inserção internacional do Brasil, no período, sobre engenharia política, federalismo, relações de trabalho, desenvolvimento do capitalismo, educação, vida cultural/intelectual, imigração e minorias, militares, aparelhos policiais.

Mesmo não tendo feito nenhum novo levantamento historiográfico sistemático, penso que o livro pode refletir uma tendência que se desenvolveu desde a década de 1990 de não mais gastar muito tempo e esforço para discutir a “essência” do regime estadonovista, mas de aprofundar questões específicas, descobrir e estudar novos aspectos, tendo em vista aquilo que se

⁵ Hoje, me dou conta de que, no “inventário historiográfico”, eu não havia reconhecido, de todo, a importância da “invenção do trabalhismo”, de Ângela de Castro Gomes, pois a liquidei com as seguintes duas frases: “Um livro que merece destaque nesta categoria [das ‘relações entre Estado e classe operária’] é *A invenção do trabalhismo* de Ângela de C. Gomes [Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1988], por dedicar metade do volume a um momento determinado do Estado Novo. A autora estuda o discurso e a prática sobre a classe operária a partir de 1941, quando termina um período repressivo, passando-se para uma política cooptadora” (GERTZ, loc. cit., p. 120). Entrementes, além de Ângela de Castro Gomes, o historiador mais representativo dessa linha de argumentação é Jorge Ferreira (entre vários outros trabalhos empíricos a respeito, cf.: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001).

⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves de Almeida (Orgs.). *O Brasil republicano: 2- Tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143.

⁷ PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

considera a inegável importância do período como momento de mudanças substanciais na história do país e de sua evolução posterior⁸. Assim, a historiografia dos últimos 20 anos parece apontar para uma diversificação e um aprofundamento de temas ligados ao Estado Novo, entre os estudiosos brasileiros. Claro, continuam a existir historiadores que o classificam como “fascista”, “totalitário”, e, por isso, como indigno de ser avaliado de forma condescendente, quando não elogiosa, por supostos “rastros” positivos que teria deixado na história brasileira, para os quais outros apontam⁹.

Mas não há dúvida de que, tendencialmente, essa linha de argumentação é minoritária. A outra tendência, aquela que não pode esconder o caráter “autoritário”, mas nega enfaticamente o caráter “totalitário”, é dominante, e, assim, – ao contrário daquilo que verbalizei lá no meu texto de 1991 – hoje existe uma produção muito significativa sobre os mais diferentes vieses daquele período, destacando-o como altamente significativo em termos de transformações com efeitos duradouros para a história posterior do país. Este é um dos motivos que torna temerário aventurar-me na elaboração de um novo “inventário” da produção historiográfica brasileira sobre o tema. Por isso, reduzi, em muito, a abrangência e as dimensões daquilo que proponho apresentar aqui – trata-se de uma muito modesta referência a alguns poucos estudos produzidos fora do país sobre o Estado Novo brasileiro, nos últimos 20 anos¹⁰.

* * *

Como, na verdade, aquilo que se pode fazer aqui é tentar apresentar um novo levantamento parcial – não uma “resenha” nem um “inventário”, pois este sugere algo como uma listagem completa –, significa que o objetivo é fornecer informações básicas sobre alguns trabalhos, para que especialistas brasileiros possam recorrer a eles, e, assim, enriquecer suas análises

⁸ As referências de políticos posteriores à necessidade de “encerrar” a era Vargas talvez reflitam essa situação.

⁹ Aqueles que continuam aplicando conceitos como “fascista” e “totalitário” podem ser divididos, grosso modo, em duas tendências: aqueles que destacam o caráter opressor generalizado de todos os âmbitos da vida e de toda a sociedade; e aqueles que destacam, sobretudo, o controle racionalmente construído sobre a classe trabalhadora.

¹⁰ Esse recorte cronológico se justifica pelas observações precedentes, já que as duas referências bibliográficas citadas (Capelato e Pandolfi) cobrem, aproximadamente, o período que se estende até então, ainda que elas não estivessem preocupadas em destacar a produção internacional. As referências se restringem a textos publicados em livros e a trabalhos acadêmicos acessíveis através de outros meios. Mesmo que venham a ser citados alguns artigos de revistas, não foi feita nenhuma pesquisa sistemática nesse meio de divulgação.

sobre o período¹¹. Além de autores estrangeiros, será referido ao menos um estudo de um brasileiro produzido no exterior, e a justificativa é que ele, até o momento, não foi publicado em português. Inversamente, não serão referidos trabalhos de estrangeiros que foram escritos em português ou dos quais foram publicadas versões em português¹².

Tanto o momento da publicação, quanto a extensão, o formato e o conteúdo justificam que o arrolamento inicie por um livro de Jens R. Hentschke intitulado “Estado Novo: gênese e consolidação da ditadura brasileira de 1937”, e que apresenta um tipo de segundo subtítulo, nos seguintes termos: “estudo de caso a respeito das transformações socioeconômicas e políticas na América Latina no contexto da Grande Depressão”¹³.

O autor nasceu na República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), em 1958. Após a “queda do muro”, foi para a Universidade de Heidelberg, onde ficou até o final dos anos 1990. Ali, escreveu e defendeu sua tese de livre-docência (em 1996)¹⁴, cujo resultado é o livro em pauta. Na virada do século XX para o XXI, transferiu-se para a Universidade de Newcastle, Grã-Bretanha, onde atua, desde então.

O livro possui 723 páginas, incluindo arrolamento de fontes, bibliografia, anexos, índice remissivo etc. A obra faz uma ampla revisão bibliográfica sobre 1930 e seus desdobramentos. Nessa análise, o autor destaca

¹¹ Durante a pesquisa, foram identificados textos que não poderiam ter sido “resenhados” ou “inventariados” pelas limitações de acesso à língua em que foram escritos: SZILÁGYI, Agnes Judit. *TávolodásEnópátói: nenzetépítés és kultúrpolitika*Brazíliában az Estado Novo idején (1937-1945). Budapeste: Ágen BT, 2004 [Afastados da Europa: construção da nação e da política cultural no Brasil durante o Estado Novo]. Fora do marco cronológico aqui adotado, poderia citar-se, também: KALMKOV, Nikolai Petrovich. *DiktaturaVargasa i brazil'skirabochiiklass: raboschaiapolitikabrazil'stogopravitel'stra v 1930-1945 godakh*. Moscou: Izd-vo “Nauka”, 1981 [A ditadura de Vargas e a classe trabalhadora brasileira: política trabalhista do governo brasileiro entre 1930 e 1945].

¹² Enquadram-se nesta última categoria livros como: LEVINE, Robert. *Fatherofithepoor?: Vargas andhis era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998 [*Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001]. LOCHERY, Neill. *Brazil: the fortunes of war – World War II and the making of modern Brazil*. Nova Iorque: Basic Books, 2014 [*Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015]. ROSE, R. S. *One of the forgotten things: Getulio Vargas and Brazilian social control, 1930-1945*. Westport: Greenwood Press, 2000 [*Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social – 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001].

¹³ HENTSCHE, Jens R. *Estado Novo: Genesis und Konsolidierung der brasilianischen Diktatur von 1937*. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik Saarbrücken GmbH, 1996.

¹⁴ No sistema universitário alemão, a “livre-docência” (*Habilitation*) é um tipo de segundo doutorado, imprescindível para quem aspira chegar a um cargo de professor-titular. Nesse sentido, pode-se dizer que é uma produção acadêmica mais importante que uma tese de doutorado.

que na historiografia se pergunta se esta data representa uma efetiva ruptura, ou, antes, uma continuidade, na história brasileira. O mesmo valeria para os marcos cronológicos de 1930/1937. Intimamente ligada a essa discussão, estaria a questão de saber se os acontecimentos do período devem ser avaliados a partir da evolução social e política brasileira, das transformações nos anos anteriores, ou se a crise econômica internacional foi determinante para aquilo que aconteceu de 1930 em diante.

Nesse sentido, Hentschke afirma o seguinte: “Na pesquisa até agora existente, permaneceu em segundo plano a interessante pergunta se Vargas já antes da crise econômica/’revolução de 1930’ era adepto de um programa que possa ser identificado, ou se ele só o desenvolveu ou aprofundou sob o impacto e as pressões das forças sociais”. Mais adiante escreveu: “Só a solução dessas questões trará respostas para controvérsias como: se o Estado Novo foi uma ditadura pessoal de Vargas ou uma dominação (burguesa disfarçada) de classe ou, efetivamente, um Estado que se colocava acima das classes, se ele foi um fenômeno original brasileiro – um ‘autoritarismo tupiniquim’ – ou, antes, uma cópia parcial de modelos europeus fascista-corporativistas”.¹⁵ Na tentativa de chegar a uma resposta para estas e outras perguntas, o autor faz uma ampla apresentação do cenário político brasileiro de 1922 a 1945.

Como não é possível apresentar detalhes da longa exposição, saltamos para as conclusões, dando a palavra ao próprio autor: “Assim fica claro, em diversos níveis, que a Grande Depressão não foi o desencadeador, mas um fator acelerador e modificador para a superação do regime que antecedeu a crise e da transformação do sistema”. Naquilo que tange à dúvida sobre ruptura ou continuidade entre 1930 e 1937, lemos o seguinte: “Não se fará justiça a Vargas e a seu papel na história brasileira se ele for apresentado apenas – como aconteceu com frequência, na historiografia – como um político fascinado pelo poder, um Maquiavel. Todas as reformas institucionais, durante seu governo, sempre tiveram um caráter instrumental”.

Ao reordenar as relações entre Estado, economia e sociedade, queria incluir o Brasil entre os países capitalistas desenvolvidos. Essa dimensão ideológica de sua política o teria diferenciado das oligarquias da Primeira República, mas também das lideranças populistas do pós-guerra. Finalmente, em relação a essa questão “ideológica”, Hentschke afirma que ela apre-

¹⁵ HENTSCHKE, op. cit., 64-65.

sentou “traços progressistas e reacionários. Ela se constituiu de variados componentes, que as cabeças intelectuais da ditadura não conseguiram configurar em uma totalidade consistente. Mas quando se tenta construir uma forma ideal-típica do arcabouço teórico do regime autoritário-corporativo, chega-se, mais ou menos, ao seguinte quadro: o objetivo maior da ditadura foi o desencadeamento do *desenvolvimento global*, traduzível pelo lema positivista do ‘progresso’”¹⁶.

Para um autor que teve sua formação básica na Alemanha Oriental, essas conclusões podem soar “idealistas”. Um acompanhamento da produção intelectual do autor, no entanto, mostra que essa “leitura” não é equivocada. Basta remeter a outro livro, publicado em 2004, sob o título *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*¹⁷. Nele, Hentschke tenta mostrar que as raízes ideológicas e as formas de governar de Getúlio Vargas estariam lá nas concepções e nas práticas do patriarca republicano gaúcho Júlio de Castilhos. Isso significa que no livro se defende a tese (não inédita) da “via peculiar”, do *Sonderweg*, do Rio Grande do Sul, e da importância que teve o voluntarismo de Vargas e de seu grupo para a *construção* de um Brasil moderno, no período pós-1930¹⁸.

Esse livro parece ter sido o único em que se tentou fazer uma avaliação mais geral sobre o Estado Novo, nas últimas duas décadas, na historio-

¹⁶ HENTSCHKE, op. cit., p. 535, 551

¹⁷ HENTSCHKE, Jens R. *Positivism gaúcho-style: Júlio de Castilho's dictatorship and its impact on state and nationbuilding in Varga's Brazil*. Berlim: VWF, 2004. Mais recentemente, foi publicada uma versão em língua portuguesa: HENTSCHKE, Jens R. *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Como parte desse interesse por Vargas, o autor ainda foi editor de um livro sobre esse político: HENTSCHKE, Jens R. (Ed.). *Vargas and Brazil: new perspectives*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

¹⁸ O fato de que, no índice remissivo, são arroladas oito passagens em que aparece a expressão “statebuilding” confirma essa assertiva. Uma referência à concepção de “via peculiar” do Rio Grande do Sul pode ser encontrada em GERTZ, René E. O *Sonderweg* do Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 37, n. 2, p. 215-231, 2011. Provocativamente, poderia dizer-se que é interessante que um intelectual alemão – que muito provavelmente não nutre qualquer simpatia pelo *Sonderweg*, a “via peculiar” alemã, muitas vezes denominada “via prussiana”, por, suposta ou efetivamente, ter levado o país ao nazismo – denote *simpatia* por um “caminho peculiar” que o Rio Grande do Sul teria percorrido, e cujas premissas e formas de ação, em 1930, se teriam alastrado para o Brasil como um todo. Claro, no final do livro, Hentschke aponta para problemas que esse modelo teria trazido para a história posterior do país: partidos não representativos da sociedade, eleições não competitivas, manipulação das massas, fraqueza dos sindicatos, institucionalização do poder de tecnocratas e militares, internalização de uma cultura política que espera tudo do Estado (HENTSCHKE, *Estado Novo*, p. 580-586).

grafia produzida fora do Brasil. As demais produções internacionais referentes ao tema dizem respeito a aspectos específicos. Considerando que um aspecto muito destacado no livro recém-citado seja a ação de “construir”, pode-se começar esta parte da exposição com outro livro bastante extenso do mesmo Jens Hentschke – não por último porque no índice remissivo dele há 11 entradas para a expressão “*statebuilding*”, enquanto no anterior haviam sido apenas oito. Neste outro livro, também extenso, de 518 páginas, o autor se dedica a analisar a história da educação pública, no período, argumentando que esse tema esteve ausente no seu “estudo [anterior] sobre a gênese e a consolidação do Estado Novo”¹⁹.

Mais uma vez, estamos diante de um livro substancioso, em termos de extensão e de densidade de pesquisa. Além da análise da bibliografia pertinente, foram feitas profundas pesquisas de campo, com entrevistas e na documentação de várias escolas – rurais e urbanas – dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. E o resultado, em termos gerais, desemboca em conclusões que tentam corroborar o livro anterior. Para comprovar, basta, mais uma vez, dar a palavra ao autor: “Quando assumiu a presidência do Brasil, Vargas prometeu executar um programa de ‘reconstrução nacional’, isto é, reordenar as relações entre economia, Estado e sociedade. E dentro desse processo, ele considerou a escola pública como um instrumento decisivo”.

E, logo a seguir, o autor volta a insistir no detalhe das *raízes* dessa concepção e dessa forma de agir, ao criticar os historiadores da educação que “falharam no reconhecimento das impressionantes continuidades em relação à ditadura positivista de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, o estado-natal de Vargas e de muitos dos seus protegidos”. “Para os gaúchos, somente uma ditadura desenvolvimentista e educacional comandada por um governante esclarecido e por técnicos sociais seria capaz de desencadear as transformações econômicas e políticas, sem minar a ordem social existente”.

¹⁹ HENTSCHKE, Jens R. *Reconstructing the Brazilian nation: public schooling in the Vargas era*. Baden-Baden: NomosVerlagsgesellschaft, 2007, p. 7. O tema também foi abordado por NAVA, Carmen. *Lessons in patriotism and good citizenship: national identity and nationalism in public schools during the Vargas administration, 1937-1945*. *Luso-Brazilian Review*, Madison: University of Wisconsin, v. 35, n. 1, p. 39-63, 1998. NAVA, Carmen. *Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras (1937-1945)*. In: NAVA, Carmen; LAUERHASS Jr., Ludwig (Eds.). *Brasil: uma identidade em construção*. São Paulo: Ática, 2007, p. 105-130. Esses textos estão relacionados com a tese de doutorado da autora: NAVA, Carmen. *Patria and patriotism: nationalism and national identity in Brazilian public schools, 1937-1974*. Tese (Doutorado em História Latino-Americana) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1995.

Claro, todo esse processo não transcorreu de forma linear, e sem problemas ou necessidades de adaptação: “Certamente está errado ver o regime de Vargas como uma simples continuidade da ditadura positivista do Rio Grande do Sul”, mas, por outro lado, é difícil entender a “percepção da educação como um problema nacional, a relação entre educação e saúde, e a ênfase em educação moral como os três temas centrais da política educacional de Vargas sem reconhecer sua prefiguração no Estado gaúcho”. Situações concretas tiveram de ser enfrentadas, através de soluções de meio-termo – assim, o intenso debate entre católicos conservadores e escolanovistas a respeito de questões educacionais não foi decidido a favor de um ou de outro, mas Vargas cooptou ambos os grupos, mediante condições estabelecidas por ele. “Em última instância, foi ele que estruturou e controlou [...] o diálogo”.

Na análise prática, verificaram-se diferenças importantes entre Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, entre escolas rurais e urbanas, entre escolas da campanha gaúcha e da “zona colonial”, por exemplo, mesmo assim, o positivismo castilhistas também não “representava um dogma rígido e coerente, mas sim eclético, e, dessa forma, aplicável na prática”²⁰. Em resumo, este segundo livro de Hentschke procura reforçar as conclusões do anterior, tentando demonstrar, mais uma vez, as significativas transformações que Vargas promoveu na educação pública brasileira (sobretudo no nível do ensino básico e médio) como produto não necessariamente decorrente apenas das pressões sociais e políticas decorrentes da crise econômica de 1929, mas como projeto elaborado há muito tempo, inspirado no modelo implantado por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, após a proclamação da República.

Faz todo sentido alinhar ao lado do livro de Hentschke o de Daryle Williams sobre “disputas culturais no Brasil”. Neste caso, não se trata de um estudo sobre educação em sentido essencialmente formal, restrito, mas, sim, numa perspectiva mais ampla, na medida em que cultura e política cultural devem ser entendidas como um tipo de educação fora de instituições escolares. O autor analisa as disputas entre os formuladores das políticas culturais em diversos campos, como em relação à arte e aos museus, à arquitetura e a outros bens materiais, como cidades históricas e monumentos a serem preservados etc.²¹

²⁰ HENTSCHE, *Reconstructing the Brazilian nation*, p. 421, 425, 426, 433, 454.

²¹ WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: the First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.

Como conclusão do estudo, o autor destaca que “as políticas culturais do Estado Novo se mostraram tão resistentes e contraditórias quanto o próprio Vargas”, mas aquilo que foi elaborado e posto em prática durante o período teve reflexos duradouros, sobrevivendo ao regime, pois “grande parte da elite cultural do Estado Novo se manteve na órbita do poder federal, após 1945”, incluindo tanto “modernistas”, por um lado, quanto “tradicionalistas” e “acadêmicos”, por outro lado, dando continuidade à disputa pela definição da “brasilidade”. Isso, porém, não diminuiria “a força da administração da cultura como veículo para a construção do Estado e da Nação”. Para administrar a cultura, o Estado pode ter intervindo de maneira dura, ter-se mostrado interesseiro, da mesma forma que os agentes culturais podem ter utilizado o Estado para seus próprios interesses. A Nação mesma pode ter sido vítima da cultura que o Estado apoiou e protegeu. “Mesmo assim, o efeito produzido pela intervenção na cultura fez com que a ‘cultura nacional’ divisada por Vargas apresentasse uma especificidade visual, geográfica e administrativa com a qual toda a sociedade podia identificar-se”²². Como se vê, Williams aproxima-se muito de Hentschke, no sentido de enxergar também no âmbito por ele analisado que – apesar de concessões e adaptações ditadas por interesses políticos circunstanciais – Vargas teve a capacidade de, em última instância, “construir” o caminho “certo”, o caminho que beneficiava a Nação, como um todo.

Mas a tarefa de “construir”, durante o Estado Novo, não se restringiu ao campo ideal – educação e cultura, por exemplo –, mas também foi incentivada no campo material. E nesse sentido, um historiador alemão explorou, em seu recente trabalho de livre-docência, a política da alimentação, com enfoque especial sobre a questão do leite²³. Dentro das transformações objetivas e das conjecturas abstratas do período, a questão da “raça” teve muita relevância, e, nesse contexto, apareceram pensadores que defenderam a posição de que os “problemas da raça” não constituíam um destino inexorável do país, mas poderiam ser consertados, entre outros meios, através da intensificação da e de mudanças na alimentação. Entre esses pensadores, esteve o futuramente muito conhecido Josué de Castro (“geografia da fome”). Aquilo que aqui deveria sofrer alterações não era pouco.

²² WILLIAMS, op. cit., p. 254, 261.

²³ BRINKMANN, Sören. *Kampf den Volksvergiftern! Lebensmittelkontrolle und Lebensmittelpolitik in Brasilien, 1890-1945*. Tese (Livre-Docência em História) – Zentralinstitut für Lateinamerikastudien, Universidade Católica de Eichstätt, Eichstätt, 2014.

Ia de crendices populares a questões complexas de produção e distribuição de alimentos. Quanto a crendices, estava, por exemplo, amplamente difundida no senso comum a convicção de que a mistura de leite com alguns tipos de frutas poderia levar até à morte. Nesse contexto, foi criado, em 1940, o Serviço de Alimentação de Previdência Social (SAPS).

Especificamente em relação ao leite, houve uma intensa campanha para incentivar e popularizar seu consumo. Mas como produto facilmente perecível, era muito difícil implementar uma política mais abrangente. Por isso, o caso do Rio de Janeiro – estudado pelo autor – deve ser encarado antes como um ensaio que uma situação generalizada para todo o país, ou mesmo para as demais grandes cidades. E mesmo ali, a situação foi complexa, pois o banimento da produção de leite do perímetro urbano significou uma diminuição da produção e da oferta. Tentativas de instalação de grandes centros de tratamento do produto acabaram não se concretizando em função dos reflexos econômicos da guerra, além disso, até vacas acabaram sendo carneadas diante do aumento do preço da carne. Mesmo assim, segundo o autor, a política em relação à alimentação, e especificamente em relação ao leite, teve um ponto alto durante o Estado Novo, refluindo depois, para só chegar novamente a um patamar comparável na década de 1960²⁴.

A historiografia do século passado dedicou espaço considerável à inserção do Brasil no contexto internacional dos anos 1930/1940. Tanto pesquisadores brasileiros quanto estrangeiros se dedicaram ao tema²⁵. E ele se mostra presente na bibliografia mais recente. Dentro desse espectro temático, ocupa lugar importante a atuação do partido nazista no Brasil – e, “por tabela”, as (efetivas) intenções da Alemanha nazista em relação ao país. Em função de prolongada campanha pela imprensa e de livros escritos por policiais da época, criou-se, no imaginário popular, a convicção bastante generalizada de que a presença do partido era muito ampla, que a população de origem alemã estava praticamente toda ela “nazificada”, constituin-

²⁴ Outros trabalhos sobre o tema são: BRINKMANN, Sören. Ernährungspolitikim Estado Novo: die „Milchrevolution“ von Rio de Janeiro. In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (Eds.). *Brasilien in der Welt: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945*. Frankfurt/M: Campus, 2013, p. 271-295. BRINKMANN, Sören. Leite e modernidade: ideologia e políticas de alimentação na era Vargas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 21, n. 1, p. 263-280, 2014. CROCITTI, John J. Vargas era social policies. An inquiry into Brazilian malnutrition during the Estado Novo (1937-45). In: HENTSCHE (Ed.), *Vargas and Brazil*, p. 143-171.

²⁵ Para exemplificar, sejam aqui lembrados Ricardo Seitenfus e Gerson Moura, entre os brasileiros, Stanley Hilton e Frank McCann, entre os estrangeiros.

do uma potencial “quinta-coluna” sistematicamente preparada para uma colaboração decisiva numa imaginada ocupação alemã do território brasileiro. Esse imaginário ficou tão profundamente enraizado em boa parte da opinião pública brasileira – e até internacional – que no pós-guerra, em diversas oportunidades, foi alardeada a iminente implantação de um “Quarto Reich” por aqui, fantasma que, de forma modificada, agora não mais falando numa invasão alemã, continua sendo aventado como perigo que hoje se faria presente no assim chamado “neonazismo”²⁶.

Como reação a essa “cultura historiográfica”, surgiram, no início da década de 1980, os primeiros trabalhos que apresentavam uma perspectiva diferente sobre o tema. E é possível que, diante de fontes com dados que refutavam, de forma inequívoca, aquilo que havia sido dito e escrito até então, tenham enveredado por uma solução ideal-típica de sugerir uma visão diametralmente oposta. Como terceiro momento, nesse contexto, adquiriu importância uma tese de doutorado defendida por um brasileiro, em 2002, na Universidade Técnica de Berlim²⁷. Luís Edmundo de Moraes estudou, de forma detalhada, a história das seções do partido nazista no Rio de Janeiro e em Blumenau (SC). Com isso, pôde contrapor duas situações geográficas distintas, mas também dois contextos sociais, políticos e culturais diferentes – uma comunidade de origem alemã amplamente minoritária numa metrópole, e outra numa cidade relativamente pequena inserida numa região típica de colonização alemã.

Modesto em suas conclusões, destacando que elas não podem ser consideradas definitivas²⁸, o autor mostra que há consideráveis diferenças entre as duas situações, e que a história não transcorreu linear, nos dois casos. Ainda que tenha encontrado fatos e indícios que mostram que algumas das supostas ou efetivas afirmações anteriores de que o partido teria sofrido um rechaço generalizado entre a população de origem alemã, e que sua atividade teria sido muito limitada, devem ser revistas²⁹, o livro, porém,

²⁶ MEINERZ, Marcos Eduardo. *O imaginário da formação do IV Reich na América Latina após a Segunda Guerra Mundial (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

²⁷ MORAES, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlim: Metropol, 2005.

²⁸ “Naquilo que tange a um quadro geral da NSDAP no Brasil, deveriam ser feitas novas pesquisas para verificar sua validade nos diferentes lugares. O presente trabalho deve ser entendido como uma contribuição nesse sentido” (MORAES, op. cit., p. 277).

²⁹ O autor se refere, concretamente (p. 15, 271), a GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

em nenhum momento, confirma as suposições do período da guerra e dos anos posteriores no sentido de que a Alemanha tenha elaborado planos para a invasão e ocupação de algumas regiões do Brasil, que a ação do partido no país se pautasse por essa lógica e por esse objetivo, que a população de origem alemã tenha sido organizada e até treinada com esse intuito – enfim, que o nazismo, de fato, representou um enorme perigo para a nacionalidade brasileira³⁰.

O estudo de Moraes é específico sobre a atividade nazista alemã no Brasil. Para quem queira aprofundar-se no assunto, a histografia internacional produziu alguns trabalhos mais genéricos sobre a América Latina, nos quais o Brasil ocupa um lugar importante – ainda que praticamente todos apresentem conclusões na mesma direção do estudo do historiador brasileiro³¹.

Tema de alguma forma relacionado ao anterior é a política de acolhimento de refugiados políticos, étnicos, religiosos durante o período em análise³². Maria Luiza Tucci Carneiro e Jeffrey Lesser produziram trabalhos entrementes clássicos sobre judeus³³. Mais recentemente, Marlen Eckl deu

³⁰ O livro se restringe, cronologicamente, ao período pré-guerra, motivo pelo qual não aborda supostas ou efetivas ações de lesa-pátria cometidas pela população de origem alemã, durante o conflito, como, por exemplo, indicando a submarinos alemães a localização dos navios brasileiros afundados. Interessantemente, foi um pesquisador brasileiro que não é historiador profissional que trouxe uma contribuição importante para esse tema, mostrando, através da análise dos diários de bordo dos submarinos alemães, que eles não receberam qualquer ajuda de terra firme: PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

³¹ GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Der Widerschein des Nazismus: das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 1997. GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Hakenkreuz über Südamerika: Ideologie, Politik, Militär*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2004. LÜBKEN, Uwe. *Bedrohliche Nähe: die USA und die nationalsozialistische Herausforderung in Lateinamerika 1937-1945*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004. MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika*. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945. Stuttgart: Akademischer Verlag, 1997.

³² Em uma tese de doutorado recentemente defendida nos Estados Unidos a presença de alemães e descendentes é abordada numa perspectiva cronológica que vai de 1924 a 1974, e ali há um capítulo intitulado “Seeing ‘Germans’ through the lens of the Estado Novo” (p. 70-112) (GOODMAN, Glen S. *From “German Danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese [Doutorado em História] – Emory University, Atlanta, 2015). Apesar de não ser específico do Brasil, pode-se recomendar a leitura de FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & good neighbors: the United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

³³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

uma contribuição importante, em outra direção, ao estudar a vida de pessoas exiladas em território brasileiro por diversos motivos³⁴. Claro, trata-se, no geral, de uma elite que deixou registros sobre sua passagem por aqui, sobre seu pensamento, suas sensações, suas alegrias e decepções³⁵. Se Stefan Zweig é um personagem relativamente conhecido dentro dessa categoria de pessoas, a autora inclui muitos outros. Relembro aqui apenas dois deles que produziram trabalhos importantes sobre o próprio Estado Novo. Mesmo tratando-se de livros com os quais se deve ter algum cuidado, porque escritos por autores que, pelo simples fato de terem sido acolhidos, podem ter-se mostrado condescendentes com o país e o regime, vale a pena, até hoje, ler *Presidente Vargas – biografia*, de Paul Frischauer, *O Brasil que eu vi (retrato de uma potência tropical)* e *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*, de Wolfgang Hoffmann-Harnisch³⁶.

Nos últimos 20 anos, intensificou-se a produção de estudos sobre a participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em especial sobre a Força Expedicionária Brasileira. Até já temos teses de doutorado sobre os cantos de guerra produzidos e cantados no contexto desse episódio³⁷. Talvez pelo fato de que os soldados brasileiros tenham lutado na Itália, em termos de publicações estrangeiras, esse país parece ser aquele em que mais se escreveu sobre o tema³⁸.

³⁴ ECKL, Marlen. „Das Paradiesistüberallverloren“: das Brasilienbild von FlüchtlingendesNationalsozialismus. Frankfurt: Vervuert, 2010. Outros títulos relacionados são: ECKL, Marlen; HARLES, Bernhard (Eds.). „... auf brasilianischem Boden fundicheineneue Heimat“. Autobiographische Texte deutscher Flüchtlinge des Nationalsozialismus. Remscheid: Gardez!-Verlag, 2005. ASMUS, Sylvia; ECKL, Marlen (Eds.). „... mehrvorwärtsalsrückwärtsschauen...“/“... olhando mais para frente do que para trás...“: das deutschsprachigeExil in Brasilien 1933-1945/o exílio de língua alemã no Brasil 1933-1945. Berlin: Hentrich&Hentrich, 2013.

³⁵ Cf. também KESTLER, Izabel Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003.

³⁶ FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas – biografia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943. HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Brasil que eu vi (retrato de uma potência tropical)*. São Paulo: Melhoramentos, 1940. HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941.

³⁷ PEREIRA, Maria Elisa. „Você sabe de onde eu venho?“: o Brasil dos cantos de guerra (1942-1945). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2009.

³⁸ GIANASI, Andrea. *Il Brasile in guerra: la FEB nellacampagna d’Italia 1944-1945*. Roma: ProspettivaEditrice, 2004. GIANNASI, Andrea. *Il Brasile in guerra: la FEB nellacampagna d’Italia 1944-1945*. Roma: Carocci Editore, 2014. GUALANDI, Fabio. *Monumentidedicatialsoldato brasiliano pela Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) na campanha da Italia*. Vergato: Tip. Ferri/Stampa, 2005. SULLA, Giovanni; TROTA, Ezio (Eds.). *GlieroivenutidalBrasile*. Storiafotograficadel corpo dispedizione brasiliano in Italia (1944-45). Modena: Il Fiorino, 2005. SULLA, Giovanni. *La ForzaAerea Brasiliana nellaCampagna d’Italia 1944-1945*. Struzzineicieli d’Italia. Modena: IIFiorino, 2011.

Além dessa produção italiana, encontrei, no mínimo, mais duas teses de doutorado abordando o assunto. Uma delas foi defendida pelo israelense Uri Rosenbeck, na Universidade Emory, nos Estados Unidos³⁹. Apesar do fato de que o Estado Novo só é abordado de forma direta na primeira parte, na apresentação do contexto em que aconteceram as decisões sobre a formação da FEB, sua organização e seu envio para o teatro de guerra, com base em bibliografia, enquanto o restante do texto trata da *memória* posterior a seu respeito, o trabalho não pode ser ignorado por quem queira estudar aquele período. Numa analogia com trabalhos que se dedicam a estudar as reações da classe operária frente a representantes da oposição ao regime, no imediato pós-guerra, as manifestações em relação à FEB também denotam posicionamentos em relação à situação anterior e ao próprio Getúlio Vargas. Claro, o autor oferece muito mais que isso, pois acompanha o cultivo da memória (ou do esquecimento/silenciamento) ao longo das décadas posteriores.

Também localizei uma tese sobre o envolvimento do Brasil na guerra, com “especial atenção para a Força Expedicionária Brasileira”⁴⁰. Porém, em vez de se aprender com esse trabalho, pode-se afirmar que sua única utilidade está em servir de consolo quando vemos que em universidades brasileiras, às vezes, se produzem e se aprovam teses muito fracas. Apesar de defendida numa universidade com a importância da de Viena, é difícil apontar algo de consistente e útil nesse texto. Não há avaliação da bibliografia existente, não há tese a ser defendida, não há fontes inéditas. Ricardo Seitenfus não merece ser referido, monotonamente, como fonte ao longo de muitas páginas, e pior, em muitas passagens, ele é “complementado” por afirmações de um livro do calibre de *Crônica de uma guerra secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*, de Sergio Corrêa da Costa⁴¹. A pertinência do famigerado livro de Hermann Rauschning, com afirmações sobre supostas intenções de Hitler em relação ao Brasil, não é questionada, pelo contrá-

³⁹ ROSENBECK, Uri. *Fighting for home abroad: remembrance and oblivion of World War II in Brazil*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, 2011.

⁴⁰ FORSTER, Nicolas. *Brasilien am Vorabend des Zweiten Weltkrieges: eine Situationsanalyse unter besonderer Berücksichtigung der “Força Expedicionária Brasileira”*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Viena, 2010.

⁴¹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985. COSTA, Sergio Corrêa da. *Crônica de uma guerra secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

rio, as afirmações nele contidas são apresentadas como “verdadeiras”⁴². O resultado desse pirão intragável são frases de conclusão do tipo: “O caminho do Brasil para entrar na Segunda Guerra Mundial é uma história de descaminhos, tensões internas e discussões para estabelecer rumos, mas também pode ser entendido como caminho para o autoconhecimento e para a definição de uma posição, do qual resultou um país mais autoconsciente”⁴³.

Termino este arrolamento sobre o envolvimento do Brasil na guerra e suas consequências com uma referência a um trabalho de uma historiadora austríaca que trabalha numa universidade alemã. Gerson Moura e Pedro Tota são, hoje, autores clássicos que estudaram os efeitos da adesão do Brasil ao bloco dos “Aliados”, especificamente a influência norte-americana, com ênfase sobre o trabalho do *Office of Inter-American Affairs*, o famoso “birô interamericano”, liderado por Nelson Rockefeller⁴⁴. Apesar de o Brasil não ser tema exclusiva do livro, Ursula Prutsch dedica nada menos de 200 páginas ao país, sobre esse tema, e isso com reiteradas referências críticas aos dois historiadores citados⁴⁵.

O texto, baseado em extensa pesquisa em fontes arquivísticas, não poderia pretender refutar por completo aquilo que ambos escreveram, mas faz questão de destacar que eles teriam insistido em demasia na eficácia das políticas aplicadas pelos Estados Unidos em relação ao Brasil. Ela, pelo contrário, procura mostrar que Tio Sam, no mínimo, teve de enfrentar uma série de obstáculos para “chegar ao Brasil”. Além disso, a própria narrativa dos acontecimentos está entremeada de uma série de interessantes insights, ao longo de todo o trabalho.

A autora apresenta uma série de exemplos de dificuldades enfrentadas pelos norte-americanos em sua campanha para consolidar sua influência no Brasil: elas vão de episódios “folclóricos”, como o do jangadeiro que se afogou em meio às filmagens de Orson Welles, passando pela necessida-

⁴² FORSTER, op. cit., p. 138-142. RAUSCHNING, Hermann. *O que Hitler me disse*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1940.

⁴³ FORSTER, op. cit., 423.

⁴⁴ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984. TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁵ PRUTSCH, Ursula. *Creating good neighbors? Die Kultur- und Wirtschaftspolitik der USA in Lateinamerika, 1940-1946*. Stuttgart: Franz Steiner, 2008, p. 134-332. Cf. também: PRUTSCH, Ursula. Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs in Brazil. In: CRAMER, Gisela; PRUTSCH, Ursula (eds.). *¡Américasunidas!* Nelson A. Rockefeller's Office of Inter-American Affairs (1940-1946). Frankfurt/M: Vervuert, 2012, p. 249-282.

de de tentar convencer Alceu Amoroso Lima das qualidades do sistema e da orientação da educação estado-unidense, para chegar a aspectos tão materiais quanto as dificuldades para extrair borracha em quantidade razoável das florestas brasileiras. E esses exemplos podem ser ampliados em muito: apesar de a viagem de Érico Veríssimo aos EUA ter atingido certo sucesso, Vianna Moog ficou devendo o prometido livro por cerca de 10 anos⁴⁶. A USP, como a provável universidade mais importante do Brasil, nunca pôde ser conquistada pelos *yankees*, de forma efetiva. Ela sempre se manteve bastante europeia, incluindo até alemães, mas, sobretudo, migrantes do Velho Mundo fugidos de lá por razões políticas ou étnicas. Apesar de ter apoiado de forma entusiástica a guerra, a UNE também se manteve crítica em relação à influência estrangeira.

Por tudo isso, a autora conclui que a tradição de redefinição da “brasilidade” – que, para ela, iniciou com a Semana de Arte Moderna, em 1922 – esteve no centro de certa resistência, constituindo uma tentativa de “autonomia na dependência”, que não se restringiu aos anos anteriores à guerra, mas que a teria perpassado, até o final.

Não tenho como avaliar com competência quais sejam as tendências atualmente dominantes na análise do Estado Novo, na historiografia brasileira. Mas não há dúvida de que parte dela endossa aquilo que também está presente em considerável parte da opinião pública, no senso comum de que naquele período histórico foram tomadas medidas e implantadas políticas cujos resultados perduram até hoje – devendo, mesmo, ser censurado e sofrer oposição acirrada aquele que queira restringi-los ou eliminá-los. Quanto aos poucos exemplos de historiografia internacional (ou produzida no exterior por brasileiros), há razões para acreditar numa tendência idêntica. Abstraindo de alguns poucos exemplos aqui arrolados nos quais é difícil verificar ou deduzir a opinião do(a) autor(a) a respeito do regime, a maioria dele(a)s destaca algum aspecto do “*statebuilding*”, com seus diferentes desdobramentos em cada caso. O Estado Novo aparece como momento privilegiado de *construção*, seja de elementos ideais seja de elementos materiais, institucionais do Brasil. Disso, naturalmente, deriva uma série de consequências para a história posterior, mas esta é antes uma questão para um debate político que para um debate historiográfico.

⁴⁶ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre: Globo, 1954.